



Resumo dos Relatórios das Representações CNC

Nº 126, Março de 2018

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Presidente

Antonio Oliveira Santos

Chefe do Gabinete da Presidência

Lenoura Schmidt

Chefe da Assessoria de Gestão das Representações

Wany Liete Pasquarelli

Equipe

Bruna Soares

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Oscar Nóbrega

Vitor Afonso

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Design gráfico

Assessoria de Comunicação

Revisão

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



Veja nesta edição

Balço ao incentivo fiscal em 2017 é apresentado pelo Ministério da Cultura (MinC).

Página 6

Reunião Ordinária do Comitê de Coordenação de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC) tratando das boas práticas comerciais e do selo de qualificação Global Gap.

Página 8

Reunião da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), em Assunção, Paraguai, *briefing* do Acordo entre Mercosul e União Europeia, visando consolidar os textos e avançar os enclaves.

Página 10

Reunião da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), em Assunção, Paraguai, *briefing* do Acordo entre Mercosul e União Europeia, encerramento da rodada sem assinatura política do Acordo, permanecendo impasse sobre seu futuro.

Página 12

Fundacentro alerta que precisará de muitas parcerias para complementar o orçamento e diz que está otimista com o Ensino a Distância (EAD).

Página 14

Instituição das quatro câmaras técnicas do Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

Página 16

Apresentada a metodologia do IBGE para cálculo do número do trabalho infantil no Brasil.

Página 18

Análise sobre a possibilidade de utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em até 20% da carga horária total dos cursos de graduação na área da Saúde.

Página 21

Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

Representação

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representante



2º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

Assessor Técnico em Música

Sesc-DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada no período de 30 de janeiro a 1º de fevereiro de 2018

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e pela bancada do empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e planos anuais, cada uma delas formada por três representantes da sociedade civil que exercem os papéis de titular, e 1º e 2º suplentes. Também integram a CNIC as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC): Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que chegam à CNIC após análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País e para a elaboração de políticas públicas para o setor.

Após um período de adaptação dos proponentes ao novo modelo de apresentação de projetos, com uso de novas regras e de um novo sistema operacional na web, e de adaptação dos patrocinadores ao novo trâmite de aprovação de propostas, com a autorização para captação ocorrendo já na primeira fase de análise, antes da apreciação das vinculadas e da CNIC, o número de projetos que chegam à Comissão obteve crescimento gradativo a partir do segundo semestre de 2017, alcançando patamares plenamente satisfatórios no final do ano.

Nesta primeira reunião de 2018, o número de projetos analisados manteve esse padrão, indicando que já ocorre uma adaptação de todos os segmentos envolvidos no mecenato ao novo modelo.

Além da análise de projetos ocorreram debates sobre temas relacionados às atividades da Comissão.

O primeiro deles, conduzido pela conselheira Maricene Gregorut, da bancada de Artes Cênicas, tratou do conceito de corpos estáveis, expressão que define grupos artísticos ligados, de modo geral, à área do teatro e da dança, que são reconhecidos como grupos que se mantêm organizados ao longo do tempo e que trazem em seu currículo um número expressivo de produções. Por conta de sua forma de organização e longevidade, têm o benefício de poderem pleitear recursos através da Lei Rouanet para a manutenção de sua estrutura em forma de plano anual. O principal objetivo do debate era o esclarecimento acerca das características que definem os corpos estáveis e a possibilidade de inclusão nessa classificação de grupos de outras linguagens artísticas, como a música e as artes visuais. Não houve deliberação sobre a questão por se tratar de um debate, até o momento, apenas para esclarecimentos.

O segundo debate foi conduzido pelo representante da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), órgão do MinC responsável pela CNIC, que de forma bastante objetiva tratou da revisão das súmulas da CNIC que foram incorporadas à nova Instrução Normativa (IN) e que, portanto, poderiam ser revogadas. A Comissão analisou cada uma delas, decidindo por sua exclusão.

Além dos debates, o Ministério apresentou alguns números relacionados ao incentivo fiscal em 2017, que demonstraram que, apesar das mudanças na legislação, não ocorreu redução significativa no volume de recursos incentivados. No entanto, os números demonstraram que houve uma redução na participação do setor público nesses investimentos, especialmente no caso da Petrobras.

As deliberações são pautadas nas finalidades e nos objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, na IN do MinC, que neste momento são consideradas as de 1 a 5/2017, a depender da época em que o projeto foi apresentado, e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos com planos anuais e outros que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística - Artes Integradas - ou que tratem da conjunção de ações artísticas e educativas, formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Sob a responsabilidade de nossa representação, foram analisados 16 projetos de um total de 129. Três projetos foram encaminhados à Plenária Final, projetos de alta complexidade e/ou alto custo, sobre os quais não cabe aplicar deliberação monocrática.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

Representação

Comitê de Coordenação de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC)

Representante



Titular

Izis Janote Ferreira

Economista

Divisão Econômica da CNC

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de Fevereiro de 2018

Em virtude de parceria para cooperação técnica entre Brasil e Coreia do Sul, um representante da KTR apresentou o modelo de identificação de barreiras técnicas ao comércio (TBT, em inglês) utilizado pelo país coreano. Os sistemas de mapeamento TBT na Coreia funcionam por segmento (e.g. eletrônicos, veículos, máquinas, energia, minerais, etc.), e governo e indústria local cooperam no compartilhamento e geração de informações.

Barreiras técnicas são, de acordo com a OMC, barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não transparentes ou não embasados em normas internacionalmente aceitas. São ainda decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não transparentes, dispendiosos e/ou excessivamente rigorosos, como as normas voluntárias de sustentabilidade (VSS, na sigla em inglês) ou padrões privados (PS, também em inglês). No Brasil, o Inmetro exerce o papel de Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações nos Acordos de Reconhecimento Mútuo no âmbito da OMC.

O Inmetro informou que está em fase avançada no desenvolvimento de uma ferramenta brasileira também de mapeamento de barreiras técnicas encontradas pelos exportadores brasileiros. O objetivo da ferramenta é mapear normas de certificação, selos e afins, para municiar os usuários interessados, empresas e governo com informações e estudos que possam subsidiar ações e estratégias de negociação.

É bom lembrar que o Brasil é signatário de distintos Acordos de Reconhecimento Mútuo (MRA, em inglês), através dos quais os produtos testados em quaisquer dos países signatários são aceitos sem exigências de novos testes (evitando o encarecimento do produto). Para obtenção desses reconhecimentos internacionais e de níveis confiáveis nos processos de acreditação, os países em desenvolvimento, em geral, devem promover programas de cooperação técnica com países desenvolvidos para transferência de tecnologia e de experiências.

Segundo a OCDE, a adaptação de produtos, realização de ensaios e a obtenção de certificados para os diferentes países oneram a produção das empresas exportadoras na faixa entre 2% e 10% de seus custos totais.

A Coordenadora do CBTC, Vera Thorstensen, informou que está trabalhando com equipes da FGV no levantamento de barreiras não tarifárias através de matrizes países x produtos, em tentativas de quantificar e qualificar essas barreiras. Os resultados serão enviados ao Inmetro.

No próximo mês de junho deverá ser lançado o projeto piloto da plataforma brasileira de mapeamento. De acordo com o Instituto de Metrologia, entidades do setor privado podem enviar comentários sobre a plataforma (<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/normas-voluntarias-sustentabilidade.asp>)

O representante do Ministério das Relações Exteriores informou sobre a 8ª revisão trienal do Acordo TBT da OMC: quais propostas e de quais países o Brasil pretende apoiar, quais as propostas do Brasil, levantadas também em parceria com o setor privado, bem como o cronograma até o encontro de novembro, em Genebra, na sede da OMC. Até 12 de fevereiro o MRE receberá as propostas e em março enviará à OMC.

O Brasil pretende apoiar: Estados Unidos, na proposta de aperfeiçoamento dos contatos focais; África do Sul, na maior participação dos países em desenvolvimento nas sessões temáticas; e a Argentina, contra barreiras à rotulagem de determinadas classes de vinhos (reserva, chateau, dentre outras).

Já as Preocupações Comerciais Específicas (PCE) que o Brasil deverá apresentar em novembro à OMC são relativas às barreiras da União Europeia ao comércio de erva mate, aos limites de uso do defensivo agrícola picoxistrobina, e aos 'disruptores endócrinos'.

A reunião foi encerrada com duas questões: 1. Selo de qualificação Global Gap, de boas práticas principalmente agrícolas, levantado pela municipalidade de Tóquio na importação de produtos pelo Japão até as Olimpíadas de 2020 (o Japão sediará os Jogos Olímpicos naquele ano); 2. Até que ponto os padrões privados, selos e afins são voluntários e apenas privados, não contando com o apoio dos governos? A rápida proliferação de padrões privados, em especial nos mercados desenvolvidos (União Europeia), revela que essas práticas estão se tornando efetivamente barreiras técnicas ao comércio exterior.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representação

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

Representantes



Titular

Rubens Torres Medrano

Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)



Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista
Divisão Econômica da CNC*

Ações

Reunião Extraordinária realizada no dia 1º de março de 2018

1. Indicações Geográficas (IGs): As negociações iniciaram-se hoje. Foram pedidas 357 IGs pela União Europeia e, para aquelas que apresentam conflito, há proposta de solução do Mercosul e do bloco europeu.

Cerca de 200 conflitos estão resolvidos. Sobraram os mais difíceis e a proposta europeia é o "phase out".

2. Automotivo: Discussões pela manhã foram positivas e será realizada análise técnica para explorar soluções.

3. Etanol: Há a possibilidade de alguma flexibilidade pela União Europeia, mas as cotas ainda não foram apresentadas.

4. Regras no capítulo de bens: O capítulo ainda está em aberto com muitos temas contenciosos, como a cláusula de indústria nascente e os remanufaturados.

5. Remanufaturados: Estuda-se a possibilidade de exclusão de linguagem no texto sobre bens remanufaturados e inclusão de linguagem sobre bens reparados. Ou seja, a não cobrança de tarifa para bens reparados.

O texto do acordo teria a definição de reparados para aplicação da regra.

6. Fumo: Foi reiterado que o setor do fumo está contemplado, restando negociações em regras de origem.

7. Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, na sigla em inglês): União Europeia insiste em regras para adoção dos padrões europeus como automáticos. Mercosul busca equivalência.

8. Próximos passos: União Europeia solicitou próxima rodada ministerial. Mercosul ainda acha prematuro pela quantidade de temas pendentes.

Ainda não foram definidas datas para a próxima rodada.

■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Órgão

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Representação

Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)

Representantes



Titular

Rubens Torres Medrano

Vice-Presidente da Fecomércio-SP e Coordenador da Câmara Brasileira do Comércio Exterior

(Compareceu)



Suplente

Izis Janote Ferreira

*Economista
Divisão Econômica da CNC*

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2018

1. Foi reiterado que os capítulos de Concorrência, Facilitação de Comércio e Cooperação Aduaneira, SPS, Solução de Controvérsias e PMEs estão fechados. As regras dos capítulos de Compras Governamentais e Serviços já foram definidas, faltando a parte de acesso a mercados.
2. Desenvolvimento sustentável: Continua pendente a questão do princípio da precaução, que o Mercosul não aceita a inclusão.
3. Regras de origem: Houve avanços, porém a maior parte das regras ainda está aberta. Em alguns setores, houve aproximação das regras.
4. *Drawback*: Sinalização positiva pela União Europeia para inclusão no acordo, mas tema deve seguir pendente até o fim.
5. Defesa comercial: O texto está praticamente fechado, pendente apenas a questão de salvaguarda agrícola (pedido europeu) e a não possibilidade de uso do instrumento de salvaguarda para produtos que estão sujeitos a cotas (pedido do Mercosul). As duas regras podem cair. O instrumento de salvaguarda geral já está definido e alguns produtos poderão utilizar durante o período de transição em 12 anos e outros em 18 anos, a depender da cesta em que está encaixado.
6. Acesso a mercados: Não aprofundou nada. Mercosul espera características das cotas (pendentes desde Bruxelas) e a União Europeia cobra movimentos em Indicações Geográficas (IGs), lácteos, automóveis e serviços marítimos. No setor automotivo, o Mercosul tem colocado os parâmetros na mesa e espera resposta da União Europeia.

7. Anexo de vinhos e destilados: Avanços no reconhecimento de expressões tradicionais e conversas para reconhecimento de marcas. Sobre rotulagem, ainda estão na mesa questões sobre aditivos e glúten.

8. Os negociadores brasileiros estão tentando evitar que temas não essenciais subam para os ministros. Solicitam apoio às entidades em consultas realizadas, principalmente regras de origem.

■ **RELAÇÕES DO TRABALHO**

Órgão

Ministério do Trabalho

Representação

Conselho Curador da Fundacentro

Representante



Titular

José Carlos Canesin

Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

(Compareceu)

Ações

78ª Reunião Ordinária realizada no dia 6 de fevereiro de 2018

Presentes:

Leonice Alves da Paz – Presidente da Fundacentro e do Conselho Curador

Sérgio Antonio dos Santos – Diretoria Executiva da Fundacentro

Helton Yomura – Secretário executivo do Ministério do Trabalho

Evandro Diniz Cotta – Representante do Ministério da Fazenda

Terezinha Reis de Souza Maciel – Representante do Ministério da Saúde

Celso de Almeida Haddad – Representante indicado pelo ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nicolino da Silva Junior – Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)

José Carlos Canesin – Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Irene Ferreira de Souza Duarte Saad – Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Salomão Taumaturgo Marques – Representante da Confederação Nacional do Transporte (CNT)

Itamar Sanches – Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Jairo José da Silva – Representante da Nova Central Sindical

João Donizeti Scaboli – Representante da Força Sindical

Robson Spinelli Gomes – Diretor técnico da Fundacentro

Ricardo Félix – Diretor de Administração e Finanças da Fundacentro

Leonice Alves da Paz, presidente da Fundacentro, cumprimenta e agradece a presença de todos os conselheiros, destacando os que comparecem pela primeira vez. Ressalta a presença de Helton Yomura, secretário executivo do Ministério do Trabalho, solicitando que cada um faça a própria apresentação, individualmente.

Expediente: Foi aprovada a Ata da 77ª Reunião Ordinária, realizada em 24/08/2017.

Assuntos diversos: Robson Spinelli Gomes, diretor técnico da Fundacentro, destaca os dois pilares fundamentais da entidade:

- Estudos e pesquisas;
- Ações de educação e difusão do conhecimento.

Focados nesses dois pilares, em 2017, foram 67 estudos/pesquisas publicados, cursos, eventos, palestras, publicações, consultas e atendimentos de biblioteca, alcançando todos um total de 1.676.802 pessoas.

Para 2018, prevê-se uma redução de 46% no quadro técnico e também uma significativa redução de recursos financeiros. O Centro Técnico já apresentou 306 propostas de trabalho, das quais 62% foram aprovadas e 32% estão em fase final de aprovação.

Leonice Alves da Paz, presidente da Fundacentro, alerta que precisará de muitas parcerias para complementar o orçamento, e diz que está otimista com o Ensino a Distância (EAD).

José Carlos Canesin, da CNC, tece elogios ao esforço da equipe da Fundacentro, por conseguir tamanha produção em 2017 apesar da tamanha redução de colaboradores e recursos.

Seguiram-se diversas manifestações, até o secretário executivo do Ministério do Trabalho colocar o seguinte cenário: a Fundacentro, mais do que nunca, não pode perder seu foco, produzir apenas o que é de sua vocação histórica e terceirizar o que se pode considerar de “prioridade 2”. Houve cortes também no Ministério do Trabalho, o momento exige criatividade, reavaliações, reconstruções e forte determinação em estabelecer prioridades.

José Carlos Canesin, da CNC, pergunta sobre antigo projeto da Fundacentro de implantar matérias de Segurança e Saúde do Trabalhador (SST) nas escolas, sabendo-se a importância que teria esse assunto para adolescentes e jovens, dada a facilidade de aprendizado e retenção de conhecimento nessa faixa de idade. Por otimismo, quem sabe abrir-se-ia a possibilidade de verbas oriundas do Ministério da Educação.

Robson Spinelli Gomes responde que a Fundacentro nunca abandonou tal projeto, e que adolescentes e jovens de certa maneira foram alcançados por ações da Fundacentro, via palestras, cursos, seminários e consultas.

Orçamento: O diretor financeiro comenta que normalmente a Fundacentro recebe os recursos do Ministério do Trabalho, e em seguida solicita complementações. Mas, em 2018, esse procedimento será preocupante: dada a redução tão drástica dos recursos, o valor da complementação ficará em patamares altíssimos, com boa probabilidade de ser negado. Isso afetará profundamente as ações e produções da entidade, e todos estão preocupados.

Finalização: Leonice Alves da Paz agradece a presença de todos, ressaltando o bom nível da discussão dos assuntos e o gratificante empenho de cada um no aprofundamento da busca de soluções.

■ RELAÇÕES DO TRABALHO

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Conselho Nacional do Trabalho (CNT)

Representantes



Titular

Ivo Dall'Acqua Júnior

Suplente da Diretoria da CNC

(Compareceu)



Suplente

Edgar Segato Neto

Suplente da Diretoria da CNC

Ações

Reunião Ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2017

Como primeiro assunto da reunião, foi ratificado o texto finalizado do Regimento do Conselho, tendo sido liberado para publicação, a ocorrer até o final do mês de dezembro de 2017.

Como assuntos subsequentes, o Conselho retornou à discussão da instalação das câmaras técnicas, uma vez definidos sua estrutura e seu alcance pelo Regimento recém-aprovado.

I - Câmara Técnica de Eletroeletrônicos, com atenção à área de serviços de informática e tecnologia da informação – Esse tema já teve sua discussão iniciada a partir de demandas de parte dos setores envolvidos nessa área de atividade, tendo tido, inclusive, sua suspensão em face da instalação do Conselho e pelo fato de, em um primeiro momento, não ter sido contemplada com a participação de algumas instituições da área. Aprovada a retomada do trabalho da Câmara.

II - Câmara Técnica da Atividade Portuária - Demanda dos trabalhadores do setor que pretendem desenvolver estudos e propostas no sentido de proporcionar mais homogeneidade e segurança à área, tanto no sentido formal da relação de trabalho como nos efeitos econômicos da atividade, sujeita a ações predatórias decorrentes de atividades ilícitas, como o descaminho.

III - Construção Civil - Objetivo: Alinhar propostas no sentido de estimular a retomada dos investimentos e a recuperação das vagas de trabalho suprimidas durante o período recessivo.

IV - Câmara Tripartite - Transporte – Demanda do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) propondo a retomada da discussão das relações de trabalho no transporte rodoviário de carga, principalmente no que diz respeito aos motoristas autônomos, visando adequar ao novo marco legal trabalhista as exigências de prevenção de saúde e segurança.

Decidiu-se que o Ministério do Trabalho (MTb) oficiará todas as instituições com assento no CNT solicitando indicação de representantes, havendo interesse, para a instalação das câmaras técnicas.

Restou pendente de resolução o encaminhamento da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura no sentido de promover a discussão, em âmbito de câmara técnica ou no próprio pleno do CNT, focando a cadeia produtiva da proteína animal.

Deliberou-se que as reuniões ordinárias do CNT no ano de 2018 terão como data de referência de realização a primeira terça-feira do último mês de cada trimestre, mediante convocação confirmatória do presidente regimental do Conselho.

■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão

Ministério do Trabalho (MTb)

Representação

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti)

Representantes



Titular

Kelly Lima Teixeira

Assessora Técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN

(Compareceu)



1ª Suplente

Mônica Vilas Bôas Paúra

Assessora Técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN



2º Suplente

Antônio Lisboa Cardoso

*Advogado
Divisão Sindical da CNC*

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2018

A coordenadora da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), Marinalva Dantas, iniciou a reunião apresentando um relato de outra reunião ocorrida pela manhã que contou com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho (MTb). Segundo Marinalva, nessa reunião, o coordenador da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) Contínua do IBGE, Silmar, apresentou a metodologia utilizada para cálculo do número do trabalho infantil no Brasil. Na ocasião, foi informado que foram excluídos desse cômputo as crianças e os adolescentes em afazeres domésticos (por exemplo, preparação de comida e cuidado com pessoas da família) e também aqueles que realizam atividades de produção para o próprio consumo (economia de subsistência, tais como: artesanato, agricultura familiar, etc.). Segundo dados da PNAD Contínua 2016, 716 mil crianças de 5 a 17 anos realizavam trabalho na produção para o próprio consumo no Brasil. Marinalva explicou que a metodologia utilizada pelo IBGE se aproxima da forma de coleta de dados

empregada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa forma, a estatística está muito pautada nos critérios internacionais.

A coordenadora da Conaeti e a representante do MTb, Deuzinéia Lopes, explicaram que o grupo solicitou que os dados estatísticos fossem detalhados respeitando o disposto na lista de piores formas (Lista TIP) e os critérios empregados na legislação brasileira. Segundo relato, o IBGE se mostrou disposto a discutir o tratamento dos dados sobre o trabalho infantil no Brasil, de forma mais fidedigna.

Para fins de posicionamento da Conaeti, acordou-se que esta Subcomissão adotaria o valor de 2,5 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Essa questão será explicada como nota informativa nos Planos Nacionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PNPETIs) e nos documentos produzidos pela Conaeti.

Dando continuidade à reunião, a consultora contratada pelo MTb deu andamento ao trabalho de apresentação das ações da matriz operacional que deverão ser incorporadas no novo PNPETI.

Foram apreciadas as ações contempladas nos seguintes eixos estratégicos, conforme a segunda edição do Plano:

- a) Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para as piores formas.
- b) Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social.
- c) Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e todos os adolescentes.
- d) Proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição dos riscos do trabalho.
- e) Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para suas piores formas.

No que tange aos temas de interesse da bancada empregadora, destaca-se o objetivo estratégico "Estimular o acesso dos adolescentes à aprendizagem", contemplado na ação "c". Na ocasião, as representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediram a retirada dos seguintes itens na matriz operacional, já que se referem a temas que estão inseridos no Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP):

- Atuar junto aos entes governamentais competentes, no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de aprovar o projeto de lei que regula a aprendizagem nos órgãos da administração direta.

- Atuar no Congresso Nacional visando à aprovação do projeto de lei que regula a aprendizagem nos órgãos da administração direta.

O primeiro item será substituído por: Atuar junto aos entes governamentais competentes, no âmbito do Poder Executivo, na defesa dos interesses dos programas de aprendizagem profissional.

* Encaminhamento proposto:

Em 08/03, a consultora irá enviar para o grupo planilha com ações consolidadas para apreciação de cada órgão/entidade responsável.

* Próxima reunião: 19/03.

Pauta:

- Apreciação final da matriz operacional após contribuições das entidades da Subcomissão.

- Apresentação da metodologia e dos resultados da PNAD Contínua 2016 com relação aos números do trabalho infantil para a Subcomissão da Conaeti.

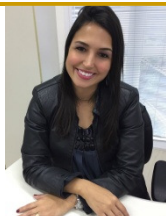
Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT)

Representante



Titular

Kelly Lima Teixeira

Assessora Técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN

(Compareceu)

Ações

Reunião Ordinária realizada nos dias 6 e 7 de fevereiro de 2018

Pontos relevantes e encaminhamentos da 184ª Reunião Ordinária da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) nas datas de 6 e 7 de fevereiro de 2018:

- No dia 06/02 pela manhã, procedeu-se com a leitura dos pareceres emitidos pela Câmara Técnica da CIRHRT referentes à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento dos cursos de graduação na área de saúde. Foram analisados, no total, 38 processos (12 de enfermagem, 2 de medicina, 14 de odontologia e 10 de psicologia).

- Já no dia 07/02, a conselheira Francisca Rego fez uma retrospectiva sobre a Resolução nº 559/2017 e o Parecer Técnico nº 161/2017 – Diretriz Curricular Nacional (DCN)/Fisioterapia. Afirmou que o documento foi construído no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) constituído por CIRHRT/CNS para discutir as DCNs dos cursos de graduação da área da saúde – GT/DCN. Pontuou, temporalmente, como se deram as discussões e os encaminhamentos desse GT: após discussão, com ampla representação das entidades da fisioterapia no GT/DCN, o documento agregou as recomendações (a partir dessas discussões no GT) e foi apresentado à CIRHRT, em sua reunião ordinária de agosto de 2017. Novamente houve discussões e contribuições da CIRHRT, todas consideradas na versão final do documento, que foi encaminhada ao Pleno do CNS, em setembro de 2017, para deliberação e aprovação.

Cabe destacar que também nessa resolução o ponto polêmico refere-se à possibilidade de utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em até 20% da carga horária total do curso; e a questão da supervisão dos alunos nos estágios curriculares, com a presença de professor-orientador e preceptor nos serviços de saúde, ambos com formação em fisioterapia. Foi destacado que os presentes atentassem para o Decreto nº 9.057/2017, que é a legislação atual sobre

ensino a distância (EAD). A CIRHRT concluiu que deveria ser feita uma solicitação formal ao Gabinete do Ministro, no qual se encontra a resolução aguardando homologação, para que a mesma seja devolvida à Secretaria do Conselho Nacional da Saúde (SECNS) e, com as devidas justificativas, sejam feitas as alterações necessárias, consideradas pertinentes pelo grupo.

Na sequência da reunião, foi debatido um Plano de Trabalho para 2018: foi apresentada minuta inicial e encaminhado que cada membro da CIRHRT faça suas contribuições para que o Plano seja aprovado na 185ª Reunião Ordinária (RO)/CIRHRT, em 7 e 8 de março de 2018.

Quanto à proposição de atividades a serem desenvolvidas pela CIRHRT no Fórum Social Mundial, em março, foi encaminhado que os membros da CIRHRT avaliem a proposta enviada pelo coordenador adjunto da CIRHRT, por e-mail, e que proponham também suas contribuições, por e-mail, para a Assessoria Técnica/CIRHRT, até amanhã, quinta-feira, dia 08/02/2018.

Encaminhamentos e pontos de atenção:

a) Solicitar formalmente ao Gabinete do Ministro a devolução da Resolução nº 559/2017 para ajustes necessários, devidamente justificados, antes da homologação. Os ajustes são os seguintes: 1) suprimir os parágrafos 1º, 2º e 3º (referentes aos 20%) do artigo 10º - inciso VI; 2) nova redação, mais clara e não contraditória, do artigo 9º - incisos XIV e XV (conselheiras Francisca Rego e Cleoneide Pinheiro darão ciência à Mesa Diretora, e a primeira enviará a sugestão de redação à Assessoria Técnica da CIRHRT).

b) Marisa Furia fará articulação junto ao Fórum dos Usuários para que as entidades possam aderir à Nota Pública contrária ao uso da modalidade EAD nos cursos de graduação na área da saúde, enviando a logomarca para a cirhrt.cns@saude.gov.br. Esclarecendo que houve um encaminhamento da Mesa Diretora de janeiro de 2018, de uma Nota Pública, para assinatura de pessoas físicas. Verificar junto à Mesa Diretora como viabilizar isso, uma vez que o CNS não tem instituído em seu Regimento Interno a produção de "Nota Pública" (apenas Resolução, Recomendação e Moção); a representante da CNC ratificou que nem todas as entidades da CIRHRT foram favoráveis a essa Nota Pública, pedindo para resguardar o ponto de dissenso, pois o Senac é favorável à oferta de cursos EAD.

c) Sugestão de visita técnica nas universidades federais a fim de esclarecer/sugerir/recomendar sobre critérios, com a visão do controle social, quanto ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), contidos na Resolução nº 350/2005, e a fim de qualificar os projetos pedagógicos dos cursos.